



Grant Thornton

Central Metropolitana de Tratamento de Resíduos S.A. (CMTR)

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente nº 242MG-040-PB

Em 31 de dezembro de 2023



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Praia do Flamengo, 154 | 4º andar |
Flamengo - Rio de Janeiro | RJ | Brasil

T +55 21 3512.4100

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Central Metropolitana de Tratamento de Resíduos S.A. (CMTR)
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis Central Metropolitana de Tratamento de Resíduos S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Central Metropolitana de Tratamento de Resíduos S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 – Contabilidade para pequenas e médias empresas) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2024

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-025.583/F-2



Fernando Camanzano Martinez
Contador CRC 1SP-328.247/O-3

Central Metropolitana de Tratamento de Resíduos S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.255	5.450
Impostos a compensar	5	586	530
Total do ativo circulante		<u>3.841</u>	<u>5.980</u>
Ativo não circulante			
Partes relacionadas	6	2.340	2.340
Imobilizado	7	41.650	42.275
Total do ativo não circulante		<u>43.990</u>	<u>44.615</u>
Total do ativo		<u>47.831</u>	<u>50.595</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Central Metropolitana de Tratamento de Resíduos S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Passivo circulante			
Fornecedores		1	2
Obrigações fiscais		15	14
Salários e obrigações sociais	8	41	40
Total do passivo circulante		57	56
Passivo não circulante			
Provisão p/ riscos trabalhistas	9	285	-
Total do passivo não circulante		285	-
Patrimônio líquido			
Capital social	10	48.824	48.824
Reserva de lucros		-	1.715
Prejuízos acumulados		(1.335)	-
Total do patrimônio líquido		47.489	50.539
Total do passivo e patrimônio líquido		47.831	50.595

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Central Metropolitana de Tratamento de Resíduos S.A.

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto o prejuízo (prejuízo) por ação)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
(Despesas) receitas operacionais			
Despesas administrativas	11	(1.128)	(1.252)
Despesas tributárias		(26)	(810)
Outros resultados operacionais	12	(789)	8.595
		<u>(1.943)</u>	<u>6.533</u>
Resultado financeiro	13		
Receitas financeiras		524	528
Despesas financeiras		(2)	(17)
		<u>522</u>	<u>511</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>(1.421)</u>	<u>7.044</u>
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	14		
Contribuição social		-	(444)
Imposto de renda		-	(1.206)
		<u>-</u>	<u>1.650</u>
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		<u>(1.421)</u>	<u>5.394</u>
Lucro (prejuízo) líquido por ação - R\$	11.d	(0,03)	0,11

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Central Metropolitana de Tratamento de Resíduos S.A.

Demonstração do resultado abrangente para os para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(1.421)	5.394
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	<u><u>(1.421)</u></u>	<u><u>5.394</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Central Metropolitana de Tratamento de Resíduos S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de lucros		Total	Prejuízos acumulados	Total
		Reserva legal	Reserva de retenção de lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2020	48.824	-	-	-	(3.679)	45.145
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	5.394	5.394
Constituição de reserva legal	-	86	-	86	(86)	-
Transferência para reserva de lucros	-	-	1.629	1.629	(1.629)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	48.824	86	1.629	1.715	-	50.539
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(1.421)	(1.421)
Distribuição de dividendos conf. AGO de 28/04/2023 (nota 10.c)	-	-	(1.629)	(1.629)	-	(1.629)
Transferência para reserva de lucros	-	(86)	-	(86)	86	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	48.824	-	-	-	(1.335)	47.489

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Central Metropolitana de Tratamento de Resíduos S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício	(1.421)	5.394
Ajustes por:		
Depreciação	29	29
Provisão para riscos trabalhistas	285	-
Lucro/(prejuízo) líquido ajustado	(1.107)	5.423
Variações nos ativos e passivos:		
em impostos a compensar	(56)	(141)
em partes relacionadas	-	410
em outras contas a receber	-	43.819
em fornecedores	(1)	(2)
em obrigações fiscais	1	2
em obrigações com pessoal	1	1
em obrigações por compra de imóvel	-	(2.000)
Caixa proveniente das operações/(utilizado nas) operações	(1.162)	47.512
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	596	(42.207)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	596	(42.207)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de dividendos	(1.629)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(1.629)	-
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	(2.195)	5.305
Demonstração do aumento no caixa e equivalentes de caixa:		
No início do exercício	5.450	145
Ao final do exercício	3.255	5.450
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	(2.195)	5.305

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Central Metropolitana de Tratamento de Resíduos S.A. – CMTR (“Concessionária e/ou Companhia”) é uma sociedade anônima de capital de fechado, com sede em Belo Horizonte – MG, iniciou suas atividades em 19 de maio de 2014 e tem como objetivo específico a exploração, mediante concessão administrativa junto à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD) (“Poder Concedente”), dos serviços de transbordo, tratamento e disposição final de resíduos sólidos urbanos nos municípios convergentes da Região Metropolitana de Belo Horizonte e colar metropolitano.

Em 25 de fevereiro de 2022, a Companhia celebrou com o Estado de Minas Gerais, através da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, o Termo de Rescisão Amigável, no âmbito do contrato de concessão administrativa oriundo da concorrência nº 02/2013 SEDRU-MG.

Em decorrência da celebração deste Termo de Rescisão Amigável, a Companhia foi indenizada pelo valor total de R\$ 63.715 (sessenta e três milhões, setecentos e quinze mil, quatrocentos e cinco Reais e dezenove centavos), composto da seguinte forma: **(i)** R\$ 55.795 (cinquenta e cinco milhões, setecentos e noventa e cinco mil, cento e setenta e três Reais e setenta e sete centavos) correspondente a imóveis reversíveis adquiridos pela CMTR; **(ii)** R\$ 514 (quinhentos e treze mil, setecentos e cinquenta e três Reais e setenta e seis centavos) referente a equipamentos reversíveis; e **(iii)** R\$ 7.406 (sete milhões, quatrocentos e seis mil, quatrocentos e setenta e sete reais e oitenta e seis centavos) referente a custos incorridos no período. O valor de R\$ 55.121 (cinquenta e cinco milhões, cento e vinte mil, oitocentos e setenta Reais e trinta e quatro centavos) será quitado mediante dação em pagamento de imóveis e equipamentos reversíveis, avaliados a valor de mercado, que deixarão de ser reversíveis, em caráter *pro soluto* e o restante da indenização, no valor de R\$ 8.595 (oito milhões, quinhentos e noventa e quatro mil, quinhentos e trinta e quatro Reais e oitenta e cinco centavos), foi quitado em espécie durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

A Companhia atesta que os bens móveis e imóveis dados em pagamento encontram-se em sua posse, ficando disponíveis para seu livre usufruto a partir da assinatura do Termo de Rescisão Amigável com o Governo do Estado de Minas Gerais.

Após a rescisão do contrato de concessão, a administração estudou alternativas para a continuidade operacional da CMTR e conclui que existem oportunidades potenciais para operar no recebimento de resíduos sólidos, atendendo a contratos com clientes públicos e privados. Já existem tratativas para efetivação de negócios dessa natureza e há possibilidade provável que no próximo exercício a Companhia inicie suas operações.

A estratégia para a cmtr, pós rescisão, se fundamenta na alteração do objeto específico (SPE) para a operação privada (S/A), com foco, a princípio, nos municípios de Ribeirão das Neves e Esmeraldas que atualmente dispõe seus resíduos em aterros sanitários licenciados mais distantes, onerando, desta forma, o transporte e conseqüentemente o custo final para destinação correta dos resíduos gerados pelas municipalidades. Além destes municípios, existem ainda na região, clientes privados que necessitam de aterros sanitários para disposição final dos seus resíduos, sendo previsto para os próximos anos a entrada de novos municípios que atualmente destinam seus resíduos em aterros próprios com vida útil comprometida.

A Companhia encontra-se em fase pré-operacional não tendo, até 31 de dezembro de 2023, realizado qualquer operação que gerasse faturamento e caixa relativo ao seu objeto social.

2. Apresentação das demonstrações e as principais políticas contábeis

2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000), em consonância com a Lei das Sociedades por Ações, bem como as normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC – PME) (Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas).

A elaboração das demonstrações contábeis em conformidade com os CPCs exige a utilização de determinadas estimativas contábeis essenciais. Requer, ainda, que a administração julgue a maneira mais apropriada para a aplicação das políticas contábeis. As áreas em que os julgamentos e estimativas significativos foram feitos para a elaboração das demonstrações contábeis são apresentadas na Nota Explicativa nº 2.e.

Em 27 de fevereiro de 2024, a Diretoria da Companhia aprovou estas demonstrações contábeis e autorizou a sua divulgação.

b) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto pela valorização de certos ativos financeiros (mensurados a valor justo). A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis e, também, o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas estão divulgadas no item (e).

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional de apresentação da Companhia.

d) Continuidade

A administração avaliou a habilidade da Companhia de continuarem operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significantes sobre a sua capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas com base nesse pressuposto de continuidade.

e) Uso de estimativas e julgamentos

Ao preparar as demonstrações contábeis, a administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes.

A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem a mensuração de instrumentos financeiros, provisão para perdas em ativos, provisão para imposto de renda e contribuição social e outras avaliações similares. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais.

3. Principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

É apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios.

b) Instrumentos financeiros

i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os ativos financeiros inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem substancialmente depósitos à vista e certificados de depósitos bancários, denominados em moeda corrente, com alto índice de liquidez de mercado e vencimentos contratuais não superiores a 90 dias e para os quais inexistem multas ou quaisquer outras restrições para seu resgate imediato, junto ao emissor do instrumento. A Companhia possui classificados em caixa e equivalentes de caixa saldos em conta corrente bancária e aplicações financeiras, conforme Nota Explicativa nº 4.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

ii) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo dos passivos designados pelo valor justo registrados no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte nas disposições contratuais do instrumento.

Os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torne uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos a valor justo por meio do resultado. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

iii) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos. De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia não efetua operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

c) Imobilizado

O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, líquido das depreciações registradas pelo método linear, considerando as respectivas taxas calculadas de acordo com a vida útil estimada, conforme descrito na Nota Explicativa nº 7.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

d) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos são reconhecidos nas demonstrações contábeis quando os recursos advêm de eventos passados, e que a entidade tenha controle e certeza de que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Os passivos são reconhecidos quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação for provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

e) Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período são calculados pelo regime de tributação do Lucro Real. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Os encargos de imposto de renda e contribuição social são calculados com base nas leis tributárias promulgadas na data do balanço. A alíquota do imposto de renda é 15% com adicional de 10% sobre uma base superior a R\$ 240.000,00 anuais e a alíquota da contribuição social é de 9%. A Companhia não apurou lucro tributável no exercício findos em 31 de dezembro de 2023.

f) Avaliação do valor recuperável de ativos

A administração revisa, no mínimo anualmente, o valor contábil líquido dos principais ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Com base na avaliação da administração, não foram identificados indicadores de perdas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

g) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e contraprestação contingente, perdas em alienação de ativos disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável ("impairment") reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis). Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

h) Resultado básico por ação

O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o mesmo período.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa	1	1
Bancos conta movimento	15	13
Aplicações financeiras (i)	3.239	5.436
Caixa e equivalentes de caixa líquido	3.255	5.450

- (i) As aplicações financeiras estão substancialmente concentradas em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), mantidas em instituições financeiras de primeira linha, com remuneração média de 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

5. Impostos a compensar

	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de renda sobre lucros	137	204
Contribuição social sobre lucros	36	32
Imposto de renda sobre aplicações financeiras	413	294
Total	586	530

6. Transações com partes relacionadas

	31/12/2023	31/12/2022
Vital Engenharia Ambiental S.A.	1.053	1.053
Construtora Barbosa Mello S.A.	644	644
Revita Engenharia S.A.	644	644
Total	2.340	2.340

As transações com partes relacionadas estão representadas por contratos de mútuo, garantidos por notas promissórias, sem vencimento e sem a incidência de encargos financeiros.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não recebeu nenhum montante.

7. Imobilizado

Composição

	Taxa anual de depreciação (%)	31/12/2023		31/12/2022
		Custo	Depreciação acumulada	Valor residual
Terrenos	-	35.360	-	35.360
Equipamento de campo	20	248	(215)	33
Móveis e utensílios	10	83	(75)	8
Imobilizado em andamento (i)	-	6.249	-	6.249
Total		41.940	(290)	41.650

Movimentação do imobilizado

	Terrenos	Equipamento de campo	Móveis e utensílios	Imobilizado em andamento	Total
Saldo líquido em 31/12/2021	-	92	5	-	97
Adições	38.080	-	-	6.127	44.207
Baixas	(2.000)	-	-	-	(2.000)
(-) Depreciações	-	(27)	(2)	-	(29)
Saldo líquido em 31/12/2022	36.080	65	3	6.127	42.275
Adições (i)	-	-	7	122	129
Baixas	(720)	(33)	-	-	(753)
(+) Baixas de depreciação	-	28	-	-	28
(-) Depreciações	-	(27)	(2)	-	(29)
Saldo líquido em 31/12/2023	35.360	33	8-	6.249)	41.650

(i) Preparação das instalações do aterro sanitário para início das atividades. A expectativa da Companhia é que todas as instalações estejam concluídas até 30 de novembro de 2025.

8. Salários e obrigações sociais

	31/12/2023	31/12/2022
Salários a pagar	8	8
Provisão de férias e encargos	28	27
Encargos sociais a recolher	5	5
Total	41	40

9. Provisões para riscos trabalhistas

A Companhia é parte em processos trabalhistas para os quais a administração entende ter constituído, com base nas informações recebidas dos seus assessores jurídicos e na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, provisão para contingências em montante considerado suficiente para cobrir perdas prováveis.

	31/12/2023	31/12/2022
Trabalhista	285	-
Total	285	-

Não existem processos classificados como possíveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 a ser divulgado.

10. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2023, totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 48.824 (quarenta e oito milhões, oitocentos e vinte e quatro mil Reais), divididos em 48.824 (quarenta e oito milhões, oitocentos e vinte e três mil e quinhentos e sessenta) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

b) Reserva legal e distribuição de lucros

O Estatuto prevê que dos lucros líquidos apurados nos exercícios serão destinados 5% (cinco por cento) à constituição da reserva legal, até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social e 50% (cinquenta por cento) à distribuição aos acionistas como dividendo obrigatório, podendo a Assembleia Geral deliberar pela distribuição a menor.

c) Reserva de retenção lucros

O Estatuto prevê que, após a constituição da reserva legal e a distribuição aos acionistas como dividendo obrigatório, a Assembleia Geral poderá deliberar pela retenção de todo o lucro.

Em 2022 a Companhia destinou o montante de R\$ 1.629 à reserva de retenção de lucros. Em 28 de abril de 2023 foi aprovado em AGO o pagamento integral deste valor aos acionistas a título de distribuição de dividendos.

d) Resultado por ação

	Resultado do exercício	Quantidade de ações	Resultado por ação
31/12/2023	(1.421)	48.824	(0,03)
31/12/2022	5.394	48.824	0,11

11. Despesas administrativas

	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal	(233)	(251)
Locação	(24)	(20)
Serviços de terceiros (i)	(690)	(854)
Depreciações	(29)	(29)
Consumo	(37)	(20)
Outros	(115)	(78)
Total	(1.128)	(1.252)

(i) Composto basicamente por serviços prestados de vigilância e segurança.

12. Outros resultados operacionais

	31/12/2023	31/12/2022
Indenizações de terceiros (i)	-	8.595
Provisão para riscos trabalhistas	(285)	-
Perda na alienação de ativo imobilizado	(504)	-
Total	(789)	8.595

(i) Indenização recebida do Governo do Estado de Minas Gerais, conforme descrito na Nota Explicativa nº 1.

13. Resultado financeiro líquido

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras		
Sobre aplicações financeiras	527	544
Juros	23	10
(-) PIS e Cofins s/ receitas financeiras	(26)	(26)
Total	524	528
Despesas financeiras		
Bancária	(2)	(2)
Juros	-	(15)
Total	(2)	(17)
Resultado financeiro líquido	522	511

14. Despesa de imposto de renda e contribuição social

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	-	7.044
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	-	(2.395)
Efeito do imposto de renda e contribuição social sobre:		
Compensação de base negativa	-	(718)
Outros	-	(27)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	-	1.650
Despesa de contribuição social	-	444
Despesa de imposto de renda	-	1.206
Total	-	1.650
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	0%	-23%

15. Assuntos relacionados ao ambiente governamental e jurídico brasileiro

15.1. Coisa julgada

Alinhado ao entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), como conclusão dos julgamentos dos recursos extraordinários que discutem os limites da coisa julgada em matéria tributária (RE 949.297 e do RE 955.227, elencados nos Temas 881 e 885 da repercussão geral), na qual houve entendimento pela cessação de efeitos da coisa julgada de forma automática nos casos em que houver nova decisão em sentido contrário do STF, confirmamos nosso entendimento de que não há temas de ordem tributária vinculados à nossa escrita fiscal que tenham sido objeto de processos judiciais com trânsito em julgado individual, em relação aos quais estejamos fruindo os efeitos, que foram ou, eventualmente, ainda que de forma hipotética, possam vir a ser matéria de nova avaliação pelo STF em sede eficácia geral, pelo que confirmamos não haver quaisquer considerações ou efeitos a serem considerados nas demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 ora apresentadas.

15.2. Reforma Tributária no Brasil

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) nº 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares (“LC”), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços – CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços – IBS), que substituirá os tributos PIS, Cofins, ICMS e ISS. Foi criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos das LC.

A Companhia está em processo de avaliação de potenciais impactos da citada reforma tributária.

16. Gestão de risco financeiros

a) Considerações gerais

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos, definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e atividades do Grupo.

As atividades da Companhia as expõem a diversos riscos financeiros: risco de liquidez, risco de crédito e exposição ao risco de taxa de juros. A gestão de risco do Grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar os potenciais efeitos adversos no seu desempenho financeiro.

b) Gerenciamentos de riscos

A Companhia está exposta: **(i)** a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais; **(ii)** aos riscos de mercado, decorrentes de variações das taxas de juros e preços; e **(iii)** aos riscos de crédito, decorrentes da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e outras contas a receber.

A gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito se dá através de mecanismos de manutenção de caixa mínimo e acompanhamento do mercado financeiro, buscando minimizar a exposição dos ativos e passivos, de modo a proteger a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

* * *